



VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

Culturas políticas e conflitos sociais



O GOLPE DE 1964 EM COMPARAÇÃO COM O IMPEACHMENT DE 2016 E A AFIRMAÇÃO DE UM PASSADO QUE NÃO PASSA

Ariel Cherxes Batista¹

Resumo: Ao compararmos as narrativas dos desdobramentos que fizeram ocorrer em 31 de março de 1964 o golpe civil-militar em João Goulart, e o processo de impeachment em Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita presidente da república no Brasil, observamos a afirmação de um passado que não passa. Ambos, foram depostos de seus cargos políticos por uma oposição conservadora que os associaram ao Comunismo. Neste artigo, buscaremos explicar sobre como o temor anticomunista da direita brasileira depôs estes dois chefes do executivo em conjunturas políticas diferentes, e ao mesmo tempo fragilizou as instituições democráticas brasileiras. O conceito de cultura política em uma sociedade global será o ponto de partida em nossa discussão e nos auxiliará no entendimento dos fatos ocorridos em ambos os períodos quando colocados em comparação.

Palavras-Chave: Conservadorismo; Golpes de Estado; Anticomunismo;

¹ Graduado em História pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, desenvolve pesquisa sobre o anticomunismo brasileiro na atualidade no Grupo de estudos sobre a Ditadura militar brasileira sob orientação do professor Dr. Pedro Ernesto Fagundes.

Abstract: In comparing the narratives of the events that led to the March 31, 1964 civil-military coup in João Goulart, and the process of impeachment in Dilma Rousseff, the first woman elected president of the republic in Brazil, we observe the affirmation of a past that do not pass. Both were deposed from their political offices by a conservative opposition that associated them with Communism. In this article, we will try to explain how the anticommunist fear of the Brazilian right deposed these two heads of the executive in different political conjunctures, and at the same time weakened Brazilian democratic institutions. The concept of political culture in a global society will be the starting point in our discussion and will aid us in understanding the facts that occurred in both periods when compared.

Keywords: Conservatism; Coups d'état; Anti-communism;

Em 1994, quando se fizeram 30 anos do Golpe Civil-Militar de 1964, aconteceu no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, Unicamp, um seminário em que as discussões tiveram como cerne principal, as visões variadas de alguns intelectuais brasileiros sobre o início da ditadura. Nelson Werneck Sodré (*in memoriam*), arguto intelectual, participando de uma mesa intitulada: “Era o golpe de 64 inevitável”? - junto a Jacob Gorender, historiador e cientista social também já falecido, em uma de suas falas, explica o porquê de certa forma a deposição de Goulart aconteceu:

Seria possível evitar o golpe de 64? Sim, teria sido possível se realmente nossas instituições fossem democráticas e sólidas. Não haveria as intervenções, nem os golpes, daí o cuidado que devemos ter, hoje, para que não haja uma ruptura no processo democrático. (SODRÉ, 1997, p. 39)

Destacamos a esperança de Sodré na consolidação de um processo democrático brasileiro. O que de fato ocorreu, pois em 1989 temos eleições diretas para presidente e nos anos seguintes para todos os cargos de nossa república. Paradoxalmente, 23 anos

após esta fala, novamente nosso país se encontra em um conturbado decurso político em que a sociedade fica dividida após um encadeamento de impeachment taxado por muitos de golpe.

Ao estudarmos a história da república no Brasil, fica perceptível a infinidade de deposições que ocorreram no decorrer dos tempos e que em certo sentido fazem parte do que podemos relacionar ao comportamento político brasileiro em determinadas situações, como por exemplo a aversão a quem está no comando da nação.

Quando buscamos entender motivações, desdobramentos, implicações e ações ocorridas nos processos que tiraram Jango e Dilma do poder, respectivamente em 1964 e 2016, devemos nos ater a ideia de Cultura Política que segundo Serge Bernstein é o fator que nos auxilia a entender as maneiras que a sociedade se porta ao agir politicamente, pois:

“Ela [a cultura política] introduz a diversidade, o social, ritos, símbolos, lá onde se acredita que reina o partido, a instituição, o imutável. Ela permite sondar os rins e os corações dos atores políticos. Seu estudo é mais que enriquecedor, é indispensável.”

(BERSTEIN, 1992, p.67 *apud* FERREIRA, 1992, p. 267)

Ao analisarmos alguns aspectos da cultura política do Brasil, como a conciliação, o autoritarismo e o elemento que nos debruçaremos neste artigo, o anticomunismo, chegamos à uma primeira conclusão de que o uso de práticas maniqueístas por parte da oposição para se ter como resultado, tirar do poder o que lhe é avesso é parte também de nossa cultura política.

Anticomunismo e suas vertentes no Brasil

Na sociedade brasileira, desde muito tempo o comunismo é associado a variados tipos de mazelas. Doenças, degeneração, selvageria, tresloucamento, demência, e o

próprio mal diabólico em si, assim como outros epítetos formam o imaginário anticomunista no Brasil².

Na análise de Rodrigo Patto Sá Motta no livro *Em guarda contra o perigo vermelho*, os detratores do comunismo o viam como a pior desgraça para a população, caso este mal encontrasse espaço para se desenvolver, traria total destruição a boa sociedade e como consequência final o caos político. Nas deposições de Goulart e Dilma Rousseff, parcelas significativas que se opunham a esses dois presidentes, colocavam como fator principal para a retirada de ambos do poder, suas práticas tidas como comunistas.

Sabemos até aqui, que os opositores de João Goulart e Dilma Rousseff em 1964 e 2016 ao associarem –os ao comunismo, são por conta disso, anticomunistas. Mas o que vêm a ser anticomunismo? Rodeghero (2002, p. 45) citada por Oliveira (2009, p.2) explica o que é esta prática. Segundo a autora é uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou àquilo a que ele é identificado. Podemos defini-lo como uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas.

Em suma, o conjunto de atividades realizadas por grupos variados, que constroem, se guiam e possuem como orientação um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista, a partir de produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no legislativo, entre outras coisas, explica o que é o anticomunismo. Nos dois períodos que analisaremos observamos que ocorreram ações como as citadas acima, no decorrer de nossas ponderações nos debruçaremos sobre elas.

João Goulart e Dilma Rousseff – depostos pelo anticomunismo latente

² Mais sobre isso: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

Antes de compararmos os dois processos que depuseram Goulart e Rouseff, explanaremos uma breve análise sobre o período em que ambos governaram o Brasil e os fatores que de certa forma nos fazem chegar à conclusão de que nenhum dos dois presidentes possuíam ligação com o comunismo.

No período que antecede a 1964 não ocorreram ações políticas de cunho comunista, pois mesmo o presidente Goulart sendo aliado a elementos comunistas, suas práticas eram derivadas do Trabalhismo Varguista³, e também do Nacional-Desenvolvimentismo⁴, típicos do momento populista brasileiro entre 1946 e 1964⁵. Devemos também nos ater ao fato de que o Comunismo era uma prática ilegal no Brasil desde 1947 por conta dos desdobramentos da Guerra Fria, empreendida entre Estados Unidos e União Soviética. O presidente Dutra alinha-se com os americanos, e como todos os países do bloco capitalista, repudia as práticas ligadas ao comunismo. É neste período que a ALN – Aliança Nacional Libertadora comandada por Luís Carlos Prestes e o PCB – Partido Comunista Brasileiro são colocados na ilegalidade⁶.

³ No Brasil, o trabalhismo começou propriamente em 1948, com a fundação do Partido Trabalhista Brasileiro sob a inspiração de Getúlio Vargas. Durante as décadas de 1950 e 1960, o trabalhismo foi a principal vertente da esquerda política moderada brasileira, atraiu setores e eleitores que não se identificavam nem com a direita nem com o comunismo.

⁴ Dá-se o nome de desenvolvimentismo a qualquer tipo de política econômica baseada na meta de crescimento da produção industrial e da infraestrutura, com participação ativa do Estado, como base da economia e o conseqüente aumento do consumo.

⁵ Mais sobre isso: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

⁶ A clandestinação do PCB pelo presidente Dutra em 1947 remonta à Guerra Fria. Em 7 de maio de 1947, após uma batalha judicial, o PCB teve seu registro cassado no TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Junto disto, o Ministério do Trabalho decretou a intervenção em vários sindicatos e fechou a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGT, criada pelo movimento sindical em setembro de 1946 e não reconhecida oficialmente pelo governo. O PCB apelou para o Judiciário, requerendo *habeas corpus* para o livre funcionamento das suas sedes, mas o pedido foi negado. Em seguida, os comunistas tentaram organizar uma nova agremiação partidária, o Partido Popular Progressista (PPP), incorporando as teses centrais do PCB, mas tiveram o registro negado pelo

Ainda sobre o presidente João Goulart, vale ressaltar que ele era filiado ao PTB, partido criado por Vargas e que tinha como ideia principal o não alinhamento com países estrangeiros e a política trabalhista⁷. Dois elementos fizeram com que a opinião pública taxasse João Goulart de comunista, uma viagem feita por ele à China nos idos de 1960 já aberta ao Comunismo de tipo Maoísta e as várias reformas empreendidas pelo presidente em variados setores da sociedade, como por exemplo o ensino superior com a reforma universitária, a economia com a reforma tributária e a que mais escandalizou a oposição que o queria derrubar, as Reformas de Base que mudariam a situação agrária do país e tinham como principal liderança o advogado e parlamentar, Francisco Julião com as Ligas Camponesas⁸.

Em suma, “*O perigo vermelho*, [...] foi transformado pela direita brasileira numa quase obsessão, pois quem lesse a imprensa, ouvisse o rádio ou assistisse televisão teria a impressão de que a esquerda já estava no poder e o fim da democracia era eminente”. (SINGER, 1997, p. 19)

Tribunal Superior Eleitoral – TSE. A exclusão dos comunistas do sistema político-partidário culminou em janeiro de 1948, com a cassação dos mandatos de todos os parlamentares que haviam sido eleitos pelo PCB. Além de perseguir os comunistas, o governo Dutra era totalmente alinhado com os Estados Unidos e em outubro de 1947 rompeu as relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética.

⁷ O PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, é um partido político do Brasil que foi fundado pelo ex-presidente da República, Getúlio Vargas. Atualmente seu código eleitoral é o 14. Sua criação tinha como um dos objetivos, servir de anteparo à classe popular e trabalhadora como uma alternativa além da influência do Partido Comunista, e/ou demais organizações de esquerda. O programa partidário do PTB em sua primeira fase de existência, antes do regime militar brasileiro, pregava algumas reformas, como a urbana, a agrária e a educativa, e tinha ênfase no crescimento econômico, desenvolvimento industrial, nacionalização de recursos e na educação.

⁸ As Reformas de base foram reformas estruturais propostas pelo presidente João Goulart e sua equipe, buscando fortalecer os setores educacional, fiscal, político e agrário do Brasil. Esta política Janguista foi taxada de comunista por conta de seu caráter popular e nacionalista. Neste sentido serviu como um fator para os opositores ao presidente intensificarem sua busca no impedimento de seu governo.

Em 2016 o anticomunismo é presente, porém possui uma nova roupagem, a sociedade política brasileira neste momento não é anticomunista como nos dois períodos anteriores, mas Antipetista. O PT, Partido dos Trabalhadores, criado em 1980 e derivado do esquerdismo revolucionário das greves do ABC paulista no final da Ditadura Civil-Militar e de movimentos políticos e sociais opositores a este período obscuro da história brasileira, governou o Brasil por cerca de 14 anos, entre 2003 e 2016 com dois mandatos consecutivos de Luís Inácio Lula da Silva e um mandato seguido de uma reeleição da primeira mulher presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Os ideais tidos como comunistas fizeram parte da estruturação, criação e desenvolvimento do PT, porém no decorrer de sua trajetória o partido passou por transformações, cisões e rupturas⁹. Os governos Lula e Dilma na análise de especialistas em política de certa forma estavam mais associados ao Neoliberalismo que foi implantando no Brasil por Sarney, primeiro presidente civil, pós ditadura do que ao Socialismo ou mesmo o Comunismo como são taxados por alguns setores da opinião pública brasileira¹⁰.

A política neoliberal no Brasil foi amplamente difundida no governo Collor, e durante a década de 1990 os presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso permaneceram utilizando-se deste aparato econômico. Podemos dizer que além de Neoliberal os governos petistas de Lula e Dilma também podem ser considerados assistencialistas, pelo desenvolvimento da política de concessão de bolsas e projetos sociais em benefício às camadas médias e baixas da sociedade brasileira. Ou seja, o PT dá uma nova roupagem ao Neoliberalismo, agregando a ele o assistencialismo.

O Neoliberalismo petista estava baseado na conciliação, pois: “[...] a ascensão de Lula e do PT ao poder, (foi) viabilizada por aliança reunindo forças de esquerda e

⁹ Mais sobre a trajetória do Partido dos Trabalhadores: OLIVEIRA, Ueber José de, PEREIRA, Valter Pires. **O PT na institucionalidade democrática brasileira**. Vitória: GM Editora, 2011.

¹⁰ O neoliberalismo pode ser considerado como um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a intervenção estatal na economia alindo-o à iniciativa privada por meio de concessões e privatizações. No Brasil, o Neoliberalismo começou a ser seguido de uma forma aberta nos dois governos consecutivos do presidente Fernando Henrique Cardoso.

direita”. (MOTTA, 2009, p. 31) O personalismo ou mesmo a conciliação e flexibilidade são elementos sempre presentes na Cultura política brasileira. O que ocorreu em 2016 foi o esfacelamento da conciliação política arquitetada pelo PT com elementos da direita brasileira. A sustentação do Partido dos Trabalhadores na presidência apoiada no pacto de governabilidade muitas vezes citado por Lula e Dilma influenciaram para que um golpe parlamentar ocorresse no Brasil utilizando-se as vias da legalidade. Este golpe possuiu como pano de fundo a efervescência de setores opositores do Lulismo, termo criado pelo cientista político André Singer¹¹, e também ao petismo em manifestações empreendidas em diversas capitais brasileiras e que assim como em 1964 denunciavam a iminência do terror comunista no Brasil.

Assim, podemos considerar num primeiro momento, comparado as narrativas sobre 1964 e 2016 que para a classe média e alta brasileira, o anticomunismo é particularmente atraente, mesmo que haja falta de sentido em associar o comunismo a quem de certa forma não é comunista.

Estes fatores nos auxiliam a ver como o comunismo é associado ao mal e qual é o nível do ressentimento das camadas altas da sociedade contra as políticas sociais que influenciaram no encadeamento de ambas as deposições.

A comparação

Pode-se dizer que os objetivos das duas deposições são diferentes e a maneira de se utilizar o anticomunismo também. A dita “Revolução de 1964” batizada assim pelos militares, possuiu como discurso de seu início ao fim a ideia de que apenas por esta ação, ou seja, o golpe em Jango, que o Brasil se veria livre do Comunismo. Em contrapartida, 2016 e o fim do governo Dilma pode ser explicado a partir de elementos ligados a um mal-uso do passado. Dilma Rousseff desde 2010, quando enfrenta seu primeiro pleito e sai vencedora, tem sua trajetória de lutas contra o regime militar

¹¹ SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo – Reforma Gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

colocado à tona, isto porque ela fez parte de grupos ligados a luta armada durante o período da ditadura¹².

Este fator foi amplamente discutido na sociedade pela opinião pública e nos dias próximos a sua queda seu passado como guerrilheira a fez ser taxada por exemplo de terrorista. Seguindo esta ideia, grupos opositores a Rousseff desenvolveram uma narrativa associando o passado da presidenta e conseqüentemente seu partido político, o PT, que já explanamos o tipo de política que desenvolveu em seus anos de governo, de comunista. Estas questões, aliadas a manobras políticas feitas no congresso por setores ligados ao Planalto, mas insatisfeitos e contrários ao governo Dilma fazem surgir em diversas capitais brasileiras e cidades importantes do Brasil, manifestações repudiando a presidente, o PT e a corrupção descoberta em seu governo a partir da operação Lava Jato¹³. Neste trabalho não faremos considerações sobre este período, visto o fato dele ainda se encontrar em movimento. Destacamos que mesmo que utilizado de formas diferentes, o anticomunismo depôs dois presidentes, e ainda que os períodos sejam distintos na temporalidade os acontecimentos relacionados a opinião de uma parcela da sociedade sobre a retirada dos presidentes, é semelhante. A frase a seguir de Paul Singer, se referindo ao golpe de 1964, em certo sentido nos auxilia a explicar o processo que ocasionou na saída de Dilma, o que em nossa análise pode ser considerado como um golpe parlamentar, por conta da maneira a qual o impeachment sofrido por ela foi articulado.

¹² Mais sobre isso: ANGELO, Vitor Amorim. *Mídia, memória e política: debate conceitual*. In: **Estudos de História Política e das Ideias**, v. 1, 2014.

¹³ Os protestos contra o governo de Dilma Rousseff foram manifestações populares que ocorreram em diversas regiões do Brasil. O movimento reuniu milhões de pessoas nos dias 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015. Segundo algumas estimativas, foram as maiores mobilizações populares no país desde o início da Nova República. Seguindo a mesma linha de repúdio ao governo de Dilma Rousseff o último ato deste tipo com ampla repercussão ocorreu no dia 13 de março de 2016.

“O que tornou a crise em 1964 tão grave a ponto de provocar o golpe foi que, ao lado do impasse econômico, se vivia um impasse de caráter político e ideológico”. (SINGER, 1997, p.19)

Vemos estes mesmo fatores no biênio 2015-2016. A economia que há tempos estava em alta, sofre uma baixa a partir de escândalos político-econômicos em estatais advindos da corrupção desenfreada e denunciada por instituições do próprio governo como o Ministério da Transparência. Estas denúncias, dão força aos contrários a presidente, lhes dando um argumento para pedir sua saída. Vale lembrar que após sua reeleição em 2014, vencida sobre o Tucano Aécio Neves, ocorrem pedidos de recontagem de votos, nova eleição e ampla oposição a Dilma Rousseff¹⁴. Em suma, isto pode ser definido como o impasse de caráter político e ideológico que Singer cita ao tratar do período em que inicia a ditadura militar, colocando os dois períodos em análise encontramos a semelhança.

Na conjuntura de 2016, os ânimos exaltados, fazem certos setores do eleitorado perderem a coerência e o equilíbrio colocando em questão suas paixões e convicções pessoais em detrimento do andamento da república brasileira e explanando de forma enérgica uma aversão a pessoa da presidente e quiçá em um segundo momento à sua maneira de governar. Quando se tratava do nome Dilma Rousseff neste período, era comum ver o uso de insultos, impropérios e até mesmo xingamentos contra a *persona da presidente*. Na mídia, a oposição empreendida tratava de gafes em discursos, conflitos contra congressistas opositores, por exemplo o deputado cassado – Eduardo Cunha e fatos que baixavam a reputação do governo ainda no poder, como a prisão de políticos envolvidos em escândalos de corrupção¹⁵. Por outro lado, como já dito acima, a exaltação de quem se opunha a Dilma entre as massas não beirava ao equilíbrio, mas

¹⁴ “PSDB de Aécio Neves pede auditoria na votação”. Estadão (Versão On line), 30 de outubro de 2014.

¹⁵ A nível de exemplo observe esta notícia de 2015: “Dilma X Cunha: entenda o bate-boca público entre chefes de poderes”. Estadão (Versão On line), 20 de outubro de 2015.

sim às paixões pessoais, ou seja, as ideologias e vontades individuais de certos indivíduos e grupos contribuíram nesta deposição.

Ainda neste íterim a pergunta que deve ser feita é: E a esquerda política, setor que estava sofrendo estes golpes – militar e parlamentar, o que fez nestes dois processos?

Em 1964, a fragmentação dos setores esquerdistas é grande, como já citado o PCB se encontrava na clandestinidade desde 1947. O comunismo de certa forma já estava suprimido, mas o temor contra o “perigo vermelho” é grande por conta da Guerra Fria, de Cuba e sua influência para o Brasil, pois “a Ilha” a pouco havia passado por seu processo revolucionário e os setores conservadores atrelados aos EUA temiam a ideia do Brasil passar por um processo revolucionário parecido. É interessante o fato de que em 2016, também existissem setores com este mesmo temor por conta do PT estar no governo. O anticomunismo desta época, como já ponderamos vêm numa nova roupagem, é o antipetismo.

Em 2016, a ideia de uma esquerda no Brasil é diferente de 1964, mas a fragmentação também é presente, pois os partidos brasileiros que se identificam com esta orientação política se encontram numa espécie de “racha”, ou seja, não são aliados. Cada partido presente neste lado do jogo político, possui uma bandeira específica que levanta, por exemplo: a ecologia, a causa LGBT, a diversidade, o Movimento Sem Terra, entre outras. E com isso a esquerda brasileira na verdade se apresenta como um bloco político recheado de oposições no seu interior. Apenas após o impeachment de Dilma acontecer, alguns partidos opositoristas ao PT, se posicionam contrários ao fato ocorrido colocando como argumento que a articulação feita para tirar a presidente, na verdade foi um golpe contra as instituições democráticas brasileiras.

Tratando das esquerdas no período do golpe de 1964, observamos ser a explanação de Toledo condizente com o período de 2016. Nas palavras do autor: “O golpe encontrou as esquerdas fragmentadas em diferentes correntes ideológicas, isoladas das grandes massas populares e sem nenhuma estratégia política para resistir à ação deflagrada”. (TOLEDO, 1997, p. 42)

Esta situação, representou um problema para os setores progressistas ativos no Brasil e de certa forma contribuiu para o objetivo principal do golpe parlamentar de 2016 que segundo Bernadon era: “[...] aplicar contrarreformas que beneficiam diretamente o grande capital em detrimento dos trabalhadores”. (BERNADON, p.218, 2016)

O autor completa dizendo que o grupo político que sobe ao poder, empreende suas vontades de forma autoritária (fator este que é um dos elementos de nossa cultura política – o autoritarismo), aprovando reformas em diversos setores da sociedade, mas que de certa forma vão em contrariedade ao empregado pelos anos de governos petista, ligados ao assistencialismo. Exemplos disso, a PEC do Teto dos Gastos Públicos (241/2016 na Câmara dos deputados; 55/2016 no Senado e já sancionada), A Reforma Trabalhista (PLC 38/2017, aprovada no Senado), a Reforma da Previdência (PEC 287/16, esperando votação no senado), a Reforma do Ensino Médio (MP 746/2016, esperando sanção presidencial) e não menos importante a discussão em torno do Escola Sem Partido (PL 867/2015 na Câmara)¹⁶.

Bernadon completa, que: “É difícil conceber que uma agenda assim pudesse ter sido aprovada por via eleitoral. [...] (pois), os debates políticos e democráticos inexistem [...]”. (BERNADON, p.218, 2016)

De fato, o governo Temer não empreende suas ações a partir da vontade expressa pela opinião da população. Torna-se interessante, sendo esta a última comparação que faremos dos dois processos políticos, o fato de que as massas que pediram a queda de Goulart em 1964 e apoiaram os militares, assim como a parcela da sociedade em 2016

¹⁶ PEC – Projeto de Emenda Constitucional; PLC – Projeto de lei da Câmara; MP – Medida Provisória; PL – Projeto de Lei. A PEC do Teto dos gastos públicos foi promulgada no Congresso Nacional no dia 15 de dezembro de 2016, a Reforma Trabalhista foi aprovada no senado no dia 11 de julho de 2017, a Reforma da Previdência foi aprovada por sua Comissão Especial na Câmara Federal em 09 de maio de 2017 e aguarda votação pelos deputados, a Reforma do Ensino Médio foi sancionada pelo presidente Michel Temer em 16 de fevereiro de 2016 e o Projeto Escola Sem Partido está em tramitação no Senado, a matéria se encontra em poder da relatoria.

que dizia que “não pagaria o pato”¹⁷ terem pedido e demonstrarem seu repúdio àqueles que desenvolveram os processos para derrubada de ambos os presidentes.

¹⁷ Não Vou Pagar o Pato ou Chega de Pagar o Pato é uma campanha nacional da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, iniciada em 3 de setembro de 2015 pelo presidente da entidade Paulo Skaf, contra o aumento de impostos e a volta da CPMF. A campanha apoiou o processo de impeachment de Dilma Rousseff colocando cinco mil pequenos patos na Esplanada dos Ministérios em março de 2016 e no mesmo mês, um pato inflável gigante no meio de uma manifestação “Fora Dilma” na Avenida Paulista. A campanha ultrapassou 1 milhão de assinaturas contra a recriação da CPMF, quando chegou a ser discutido a volta do imposto no governo Dilma, pelo então ministro da fazenda Joaquim Levy. Na mídia a campanha da entidade comandada por Skaf financiou a divulgação de banners amarelos com mensagens como "Impeachment Já" em jornais de grande circulação como O Estado de S. Paulo e Folha de São Paulo, tanto em suas versões impressas como nas versões digitais. Após a queda da presidente e dos desdobramentos do governo Temer, a parcela da população que utilizou este lema em suas manifestações, hoje se diz contrário ao substituto de Dilma Rousseff, entretanto continuam empreendendo a campanha contra o aumento de impostos, e de certa forma contra Michel Temer.

Em 1964, isso ocorre, após a baixa na economia advinda dos Choques do Petróleo¹⁸, que atrapalham o Milagre brasileiro¹⁹. Além disso, alguns políticos influentes da época como Carlos Lacerda e o ex-presidente Juscelino Kubistchek apoiaram o golpe em Goulart, visando o processo eleitoral prometido pelos militares para o ano de 1965. Isto não ocorreu e estas lideranças de apoiadores dos militares passam a ser opositores que pediam o fim da ditadura.

Em 2017, um ano após a queda de Dilma, o desemprego aumenta, serviços públicos, sucateiam, a inflação deflagra, e a parcela da sociedade que não quer Dilma, diz também não querer Temer, seu sucessor e um dos principais articuladores do golpe parlamentar transfigurado no impeachment.

¹⁸ Nesta conjuntura ocorreram dois choques do petróleo. O primeiro acontece após uma coalizão de estados árabes liderados pelo Egito e pela Síria atacarem Israel. Este ataque em que as linhas de cessar-fogo no Sinai e nas colinas do Golã são ultrapassadas coincide com o dia do Yom Kippur (perdão judeu). Os países iniciam uma guerra que vai de 6 de outubro a 26 de outubro de 1973, e como resposta aos Estados Unidos e os países europeus que apoiavam a sobrevivência de Israel os países árabes participantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP, quadruplicaram o preço do barril de petróleo que passou de US\$ 2,90 para US\$ 11,65 em apenas três meses. O segundo choque aconteceu em 1979, após o sucesso da Revolução Islâmica liderada pelo aiatolá Khomeini. A produção petrolífera iraniana é paralisada e o preço do petróleo duplica, ou seja, tinha quadruplicado e depois dobrou.

Chamamos de choque porque ninguém esperava que isto iria acontecer e depois porque isso prejudicou a matriz energética brasileira (da época), fazendo com que o país buscasse novas fontes de energia.

¹⁹ Milagre econômico brasileiro é a denominação dada à época de crescimento econômico elevado durante o Regime Militar no Brasil, entre 1969 e 1973, também conhecido como "anos de chumbo". Nesse período do desenvolvimento brasileiro, a taxa de crescimento do PIB saltou de 9,8% em 1968 para 14% em 1973, e a inflação passou de 19,46% em 1968, para 34,55% em 1974. Paradoxalmente, houve aumento da concentração de renda e da desigualdade. Durante o milagre instaurou-se um pensamento ufanista de "Brasil potência", que se evidenciou com a conquista da terceira Copa do Mundo em 1970 no México, quando se criou o mote: "Brasil, ame-o ou deixe-o".

As justificativas pedindo a saída de Michel Temer são inúmeras, elencaremos algumas: os problemas no país que estavam acontecendo desde o governo Dilma, já citados acima, a série de reformas impostas que se tornam impopulares ao gosto dos brasileiros e por fim, mas não menos importante a suspeita em torno do envolvimento do presidente Temer e seus aliados em casos de corrupção²⁰.

O bom ou mau uso da história e da memória política

A ideia, por trás destes que empreendem golpes contra a democracia é comandar o país apenas em seu benefício, ignorando a população que luta de sol a sol e necessita de políticas públicas, de seus direitos fundamentais e de governantes que os representam.

²⁰ Oito pedidos de Impeachment em Michel Temer foram feitos do ano de 2016 para o ano de 2017, entretanto todos eles foram arquivados. No dia 17 de maio de 2017, foi divulgado o conteúdo da delação premiada de Joesley Batista, dono da JBS. Em uma ligação gravada por Joesley, Temer teria aprovado o pagamento de R\$ 5 milhões ao ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e ao operador Lúcio Funaro para manter o silêncio do deputado cassado. No mesmo dia, o deputado federal Alessandro Molon (Rede-RJ) protocolou um pedido de impeachment baseado na denúncia de Batista. Seguindo esta mesma linha, a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, decidiu na madrugada de 21 de maio de 2017, protocolar um pedido de impeachment contra Temer. Em uma reunião que durou mais de sete horas, foram 25 votos a favor, um contra e uma ausência. Para a OAB, Temer infringiu o artigo 85 da Constituição brasileira de 1988., que tipifica os crimes de responsabilidade do Presidente da República, por não informar os ilícitos cometidos por Joesley, além de atentar contra o decoro de seu cargo, ao receber o interlocutor, sem agenda e tarde da noite, na sua residência oficial. Segundo o jornal El País, um pedido pela OAB teria um peso maior que os oito pedidos protocolados até então, por sair da esfera política para a esfera jurídica. O pedido foi protocolado pela OAB em 25 de maio de 2017.

Todavia, no dia 02 de agosto de 2017, O plenário da Câmara dos Deputados rejeitou a autorização para que o Supremo Tribunal Federal julgasse a denúncia por corrupção passiva contra Temer arquivando o processo.

Mais sobre isso: “Câmara barra denúncia por corrupção contra Michel Temer”. Estadão (Versão On line), 02 de agosto de 2017.

Em 1988 o Brasil empreendeu sua transição democrática após 21 anos tendo governos indiretos. O sucesso de um impeachment em uma presidente, baseado numa denúncia a respeito de pedaladas fiscais, que meses depois de sua queda não são consideradas mais crime político, representa a iminência de um passado recomposto. Os avanços democráticos que muitos lutaram para se tornar realidade, são dirimidos a partir da vontade de alguns poucos indivíduos. Desta maneira, observarmos ser o processo que ainda está acontecendo na república brasileira, pois ainda não se concluiu, uma repetição de tempos sombrios de nossa história.

Nossa república que possui atualmente uma democracia, que pode ser considerada frágil, em praticamente todo o seu período de existência sobreviveu passando por períodos conturbados. Mais uma vez estamos vendo isto acontecer, e como sociedade não estamos fazendo nada a respeito. O processo político de 2016, comparado com o de 1964, em certo sentido: “É o próprio passado que não passa”. (ROUSSO, 2001, p. 95; DELACROIX, 2012, p. 359).

Considerações finais

No Brasil atual, mais do que derrubar governos ilegítimos, nossa geração deve assumir como tarefa principal a desconstrução das narrativas que lhes dão sustentação e de práticas ruins que atrapalham o bom andamento da democracia.

A memória histórica e a história política estão interligadas no tempo presente e cabe a nós como sociedade fazer com que essa inter-relação seja benéfica. Devemos fazer bom uso da memória para que nossa sociedade se desenvolva, e ao invés de passarmos por períodos conturbados que possamos ter nossas instituições político-democráticas consolidadas, tendo sim uma oposição, mas que ela seja limpa, justa e coerente. A *coisa pública*, deve ser guiada para que os direitos fundamentais do cidadão sejam assegurados e com períodos turbulentos no alto comando da república, isto fica difícil de acontecer.

O anticomunismo brasileiro em 1964 logrou sucesso pela atuação da opinião pública. Podemos dizer o mesmo do antipetismo em 2016. Todavia, como cidadãos de

um país marcado por uma frágil e recente democracia consolidada, que por conta dos acontecimentos dos últimos tempos, talvez não esteja mais nestas condições, devemos analisar as questões relacionadas a este *modus operandi* e acompanhar a política de forma sensata para que *a priori*, nosso sistema político continue vigorante.

Em nenhum momento de nossa história o temido “mal” comunista chegou ao poder, nem politicamente, a partir de eleições, nem militarmente, utilizando da força, por exemplo. Entretanto, por sempre representar um perigo a um grupo dominante, sofreu forte oposição e assim, em dois momentos foi combatido com medidas repressivas, a ditadura do Estado Novo de 1937 a 1945, e a Militar de 1964 a 1985²¹, o que de certa forma tornou a oposição anticomunista elucidada neste artigo, suja.

O antipetismo em 2016, é uma medida em certo sentido polida, que permeia ao anticomunismo e com suas práticas também contribuiu no desenvolvimento de um golpe de estado.

²¹ A datação do Regime militar brasileiro possui divergências na análise de alguns intelectuais que estudam o período. Marco Antonio Villa, professor da UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos ao elucidar sobre o período ditatorial brasileiro data-o entre 1969 e 1969, ou seja, inicia após a promulgação do AI-5 e finaliza com o surgimento da Lei da Anistia. Segundo Daniel Aarão Reis, professor da UFF – Universidade Federal Fluminense, a ditadura inicia em 1964, assim que Jango é deposto e tem seu final com a Anistia em 1979. Por fim, Carlos Fico, professor da UFRJ – Universidade Federal Do Rio de Janeiro, utiliza em seus trabalhos a periodização tradicional, início em 1964 e término em 1985 quando o último general presidente, João Batista de Figueiredo, termina seu mandato.

Para analisar a ditadura militar brasileira a partir das ideias de Marco Antônio Villa indicamos: VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira: 1964- 1985 a democracia golpeada à esquerda e a direita**. São Paulo: Leya, 2014.

As visões de Daniel Aarão Reis sobre o regime podem ser encontradas no livro: REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

As análises de Carlos Fico podem ser observadas em: FICO, Carlos. **Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

Devemos ter em mente, que: “A recuperação do passado é indispensável, o que não significa que o passado deve reger o presente, pois se isto ocorrer, ele fará do passado o uso que preferir”. (TODOROV, 1995, p. 25)

É nosso dever conservar viva a memória referente ao passado, não para revivê-lo, mas sim para estar alerta frente a novas situações que valorizam ou que colocam em questão fases horrendas ultrapassadas por nossa sociedade. Que ao invés do *perigo vermelho* a fome, a miséria, as mazelas sociais e a falta de desenvolvimento em nosso país sejam o que de fato nossos governantes repudiem assim como também a opinião pública, pois apenas desta maneira conseguiremos deixar o passado e lembraremos dele com o intuito de jamais repeti-lo novamente.

Referências

On line

Jornal o Estado de São Paulo – Estadão (versão on line).

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao,1585755>

Acesso em 28 de setembro de 2017 às 13:37h.

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-versus-cunha-o-impeachment-nas-entrelinhas-do-bate-boca,1782750>

Acesso em 28 de setembro de 2017 às 14:15h.

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,base-aliada-consegue-votos-para-arquivar-a-denuncia-contratemer,70001921350>

Acesso em 28 de setembro de 2017 às 14:45h.

Bibliografia

ANGELO, Vitor Amorim. *Mídia, memória e política: debate conceitual*. In: **Estudos de História Política e das Ideias**, v. 1, 2014.

- BERNADON, de Oliveira Tiago. **O golpe de 2016: breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo.** In: *Historiæ*, Rio Grande, 7 (2): 191-231, 2016.
- DELACROIX, Christian. DOSSE, François. GARCIA, Patrick. **Correntes históricas na França: Séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: debate e crítica.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova "velha história": O retorno da história política. In: *Estudos Históricos*, 1992/10. (Resenha).
- FICO, Carlos. **Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964).** São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.
- OLIVEIRA, Adriani Jadson. O anticomunismo no Espírito Santo: a atuação do DOPS/ES. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, 2011.
- OLIVEIRA, Ueber José de, PEREIRA, Valter Pires. **O PT na institucionalidade democrática brasileira.** Vitória: GM Editora, 2011.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- RODEGHERO, Carla Simone. Religião e Patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.22, nº 44, pp. 463-488, 2002.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína. FERREIRA,

Marieta de Moraes (orgs.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo – Reforma Gradual e pacto conservador**. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

SINGER, Paul. O significado do conflito distributivo no golpe. In: TOLEDO, Caio Navarro (org.). **1964: visões críticas do golpe: *democracia e reformas no populismo***. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. Era o golpe de 64 inevitável? In: TOLEDO, Caio Navarro (org.). **1964: visões críticas do golpe: *democracia e reformas no populismo***. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

TODOROV, Tzvetan. Los abusos de la memoria. Paris: Arléa, 1995. TOLEDO, 1997, p. 42)

TOLEDO, Caio Navarro. A democracia populista golpeada. In: _____(org.). **1964: visões críticas do golpe: *democracia e reformas no populismo***. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira: 1964- 1985 a democracia golpeada à esquerda e a direita**. São Paulo: Leya, 2014.